

Termo de Referência

1. Definição do objeto

- 1.1 Contratação de apresentação artística por "Inexigibilidade de Licitação" (Lei 14.133/21, artigo 74, inciso II) para compor a programação artística e cultural do **47º Programa Recreio nas Férias - Edição Janeiro/2026**, da RMESP;
- 1.2 Contratação por "Inexigibilidade de Licitação" (Lei 14.133/21, art. 74, inciso II), pela Portaria SME nº 9.536, de 18 de outubro de 2024, que “dispõe sobre a contratação de profissionais do setor artístico e cultural que não preenchem os requisitos de consagração pelo público ou crítica especializada”, da apresentação artística **De Canto Em Canto** pela empresa **Conexão Arte & Cultura LTDA** CNPJ **63.937.196/0001-65**, representada neste ato por **Luciano Sales Fernandes** conforme segue:
- 1.3

PROGRAMA RECREIO NAS FÉRIAS- 47ª EDIÇÃO

CRONOGRAMA

	De canto em canto			
	Nome da Apresentação	Data	Local	Qde
1	De canto em canto	19/01	CEI CEU VILA RUBI	2
2	De canto em canto	19/01	CEI CEU CIDADE DUTRA	1
3	De canto em canto	20/01	CEI CEU PARELHEIROS	2
4	De canto em canto	21/01	CEI CEU NAVEGANTES	2
5	De canto em canto	21/01	CEI CEU TRÊS LAGOS	1
6	De canto em canto	22/01	CEU CEI ALVARENGA	1
7	De canto em canto	22/01	CEU CEI CAMINHO DO MAR	1
8				
9				
10				
			Total	10

- 1.4 A apresentação será realizada em conformidade com o cronograma.

2. Fundamentação da contratação

2.1 A contratação faz-se necessária ao considerar, dentre as atribuições da Coordenadoria dos Centros Educacionais Unificados – COCEU, da Secretaria Municipal de Educação – SME, os seguintes pontos:

- 2.1.1 Formular, implementar, acompanhar e avaliar programas e projetos de cidadania

cultural;

- 2.1.2 Promover ações que ampliem a visibilidade das diferentes linguagens culturais, segundo o Decreto nº 59.660/2020;
- 2.1.3 Compor a programação artística e cultural do **47º Programa Recreio nas Férias - Edição Janeiro/2026**, programa instituído pela Lei Municipal nº 10.949/1991, regulamentado pelos Decretos nº 29.883/1991, nº 31.827/92 e nº 40.704/2001, que tem como objetivo promover o acesso de crianças e jovens aos bens culturais oferecidos pela cidade, proporcionando vivências de lazer, recreação e formação lúdica/cultural como partes integrantes do processo de aprendizagem e oportunizando atividades diferenciadas em tempos diferenciados, com múltiplas linguagens, utilizando os espaços dos CEUs, CEIs, CECIS, UEs e outros equipamentos educativos da Cidade de São Paulo.

3. Fundamentação da contratação

- 3.1 Para suprir a demanda do evento com a contratação de apresentações artísticas para compor a programação do **47º Programa Recreio nas Férias - Edição Janeiro/2026**, devem ser contratadas aproximadamente **462** apresentações artísticas/culturais;
- 3.2 As apresentações artísticas desta contratação serão realizadas conforme cronograma demonstrado na tabela do item 1.2 deste Termo de Referência, em dias e locais de acordo com o referido;
- 3.3 Reservamo-nos o direito de ajustar o cronograma ou cancelar apresentações conforme as necessidades da Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RMESP).

4. Requisitos da contratação

- 4.1 A presente contratação se dará conforme descrição do objeto constante no item 1 deste Termo de Referência, e que cumpram as seguintes obrigações:
 - 4.1.1 Que o artista/grupo da apresentação cultural **De Canto Em Canto** não preencha os requisitos de consagração pelo público ou crítica especializada, enquadrando-se na Portaria SME nº 9.536, de 18 de outubro de 2024, e que possuam discurso alinhado com o **47º Programa Recreio nas Férias - Edição Janeiro/2026**, com as diretrizes curriculares da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e com os princípios da Educação Integral em sua produção artística;
- 4.2 Que a contratada apresente as certidões negativas de débitos solicitadas, mantendo durante a contratação sua situação regularizada;
- 4.3 Que seja emitido parecer favorável à contratação, conforme disposto na Portaria SME nº 5.575, de 21 de Maio de 2025, que constitui Comissão para avaliar, selecionar e indicar espetáculos, projetos culturais e/ou artísticos.

5. Modelo de execução do objeto

- 5.1 O prazo de vigência deste contrato será de 3 (três) meses, contado da data de sua assinatura, compreendendo os dias indicados no cronograma em item 1.2, prorrogável nos moldes previstos pela Lei 14.133/2021;
- 5.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando

entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

5.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

5.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4 Para execução do presente contrato deverão ser observadas as especificações contidas na **Ficha Técnica do Evento** (Anexo I) da CONTRATADA, que ocorrerá no formato presencial e tem como finalidade proporcionar o contato com múltiplas expressões culturais, bem como a fruição poética e de entretenimento do público-alvo do **47º Programa Recreio nas Férias - Edição Janeiro/2026**.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1 A atividade desenvolvida será acompanhada pela SME/COCEU/**Educação Integral**;

6.2 A fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância das cláusulas contratuais;

6.3 O(s) fiscal(is) deste contrato e seu(s) suplente(s) é(são) o(s) indicado(s) em despacho do ordenador de despesas da Unidade Orçamentária à qual pertence(m) a(s) dotação(ões) a ser(em) oneradas(s) por este contrato;

6.4 Não haverá exigência de garantia contratual para execução do serviço;

6.5 Ficam designadas fiscais do contrato a servidora **Ana Paula Antunes de Paula Santos, RF: 803.115.1** e seu suplente **Carlos Renato Asakawa Novais, RF: 792.267.1**, com fundamento legal na Portaria SF 275/2024, no artigo 117 da Lei 14.133/21 e no artigo 121 do Decreto 62.100/22.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 A comprovação do desenvolvimento das atividades propostas se dará por meio de "Carta/atesto a contento", certificando a execução do evento conforme acordado, emitidas pelos equipamentos nos quais ocorrerão as apresentações artísticas/culturais, e que deverá ser datado, carimbado e assinado;

7.2 O pagamento será realizado em uma única parcela, no valor total do contrato, mediante a apresentação dos originais da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, da documentação de regularidade fiscal e se atendidas ainda as normas estabelecidas pela Portaria SF nº 275/2024 e suas alterações.

7.3 Condições de pagamento:

7.3.1 Sobre o valor a ser recebido incidirão descontos previstos em Lei;

7.3.2 O valor a ser pago abrangerá todos os custos e despesas com Pagamentos de Direitos Autorais, alimentação, transportes, materiais diversos e equipamentos complementares, direta e indiretamente envolvidos, incluindo equipamentos de som e iluminação caso necessários, não sendo devido nenhum outro valor à CONTRATADA;

7.4 O pedido de pagamento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

7.4.1 Fatura ou Nota Fiscal — Fatura;

7.4.2 Cópia reprográfica da Nota de Empenho;

7.4.3 Certidão Negativa junto ao Cadastro Informativo Municipal — CADIN Municipal;

7.4.4 Cópia atualizada da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União — CND;

7.4.5 Cópia atualizada da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;

7.4.6 Cópia do Certificado de Regularidade do FGTS — RF;

7.4.7 Cópia do Cadastro de Contribuintes Mobiliários — CCM;

7.4.8 Certidão de Tributos Mobiliários — CTM regular.

7.4.9 Certidão de regularidade no CADIN estadual;

7.4.10 Cadastro de Prestadores de Serviços de Outros Municípios — CPOM, somente para as Pessoas Jurídicas pertencentes a outro município.

7.5 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da entrega da Nota Fiscal e das documentações listadas no item 7.3, devidamente regularizadas e com validade vigente;

7.6 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE mediante crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, de titularidade da CONTRATADA, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 51.197, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010;

7.7 Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão em aceitação dos serviços.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1 Produtores/artistas/coletivos que tenham representação exclusiva de empresa e correspondam ao contido na Portaria SME nº 9.536, de 18 de outubro de 2024, que “dispõe sobre a contratação de profissionais do setor artístico e cultural que não preenchem os requisitos de consagração pelo público ou crítica especializada”;

8.2 Discurso alinhado com o **47º Programa Recreio nas Férias - Edição Janeiro/2026** e com as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e em consonância com os princípios da Educação Integral;

8.3 Atendimento dos critérios estabelecidos pela Portaria SME N° 5.575, de 21 de Maio de 2025, que constitui Comissão para avaliar, selecionar e indicar espetáculos, projetos culturais e/ou artísticos;

8.4 Atender aos requisitos expostos no item 4 deste TR.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): R\$ 55.000,00

9.1 O custo estimado total da contratação é **R\$ R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)**, sendo **10 (dez) apresentações** no valor unitário de **R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**;

9.2 Esse montante tem como base os valores fixos na tabela constante na Portaria nº 32/SMC-G, conforme previsto pela Portaria SME nº 9.536, de 18 de outubro de 2024.

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação deverão onerar a dotação: **16.10.12.368.3010.4.303.33903900.00.1.500.9001.0**, exercício de 2026, e foram previstas no PLOA 2026, conforme indicação desta Coordenadoria no processo SEI 6016.2025/0079760-1, que trata da previsão de orçamento para 2026.

11. Obrigações do contratante e contratado

11.1 Das obrigações da CONTRATADA:

11.1.1 Garantir a qualidade da apresentação a ser realizada na modalidade presencial utilizando equipamento técnico adequado para a transmissão;

11.1.2 Garantir a utilização dos equipamentos técnicos adequados para a apresentação, tais como equipamentos de som e iluminação, sem custos adicionais à Secretaria Municipal de Educação;

11.1.3 Garantir a execução do repertório da atividade, considerando as especificidades do público-alvo, sua faixa-etária e a natureza predominantemente educativa vinculada aos equipamentos da Secretaria Municipal de Educação;

11.1.4 Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas relacionadas aos empregados que participem da execução do objeto contratual, na hipótese de contrato de prestação de serviços;

11.1.5 Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos direitos autorais;

11.1.6 Comunicar de imediato, à SME/COCEU/**Educação Integral**, qualquer problema identificado para a realização das apresentações.

11.2 Das obrigações da CONTRATANTE:

11.2.1 Efetuar o pagamento na forma estabelecida, desde que atendidas às formalidades previstas;

11.2.2 Comunicar à CONTRATADA, com a antecedência necessária, qualquer alteração na prestação do serviço contratado;

11.2.3 Notificar por escrito à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade referente à execução dos serviços contratados.

12. Infrações e sanções administrativas

12.1 A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente, observando ao disposto no Decreto Municipal nº 62.100/2022, nos termos do art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, assegurados o contraditório e a ampla defesa pelas seguintes infrações:

12.1.1 Pela inexecução do evento, ou ainda, pela sua execução em desacordo com a descrição contida na proposta de apresentação, a CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa correspondente a 20% (vinte inteiros por cento) do valor do contrato em relação ao qual se deu a inexecução ou execução inadequada;

12.1.2 Pelo atraso maior que 15 (quinze) minutos do início da apresentação: em caso de atraso superior a 15 (quinze) minutos, a CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa no valor correspondente a 1% (um inteiro por cento) do valor do serviço considerado, para cada 05 (cinco) minutos de atraso, até o máximo de 20 (vinte) minutos;

12.1.3 No caso de atraso por período superior a 20 (vinte) minutos, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.2 Na hipótese de caso fortuito ou de força maior que impeça a realização de evento, a CONTRATADA deverá comprovar o fato por meio de justificativa própria, a ser avaliada pelo fiscal do contrato. Se for o caso, havendo mútuo interesse, as partes poderão deliberar em comum acordo nova data/local para realização do evento, através de celebração de termo aditivo;

- 12.3 A CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 12.1, com as seguintes penalidades: advertência; impedimento de contratar; ou declaração de inidoneidade para contratar, de acordo com o artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21;
- 12.4 Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.5 Caso haja rescisão, esta atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21, que determina: as multas previstas nos itens acima são cumulativas e serão aplicadas até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato.
- 12.6 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras eventualmente cabíveis;
- 12.7 A aplicação das penalidades previstas no contrato cabe à SME, devendo a SME/COCEU/**Educação Integral** informar se a infração ocorreu por força maior, por culpa da CONTRATADA ou por fato imputável à administração, conforme o caso;
- 12.8 Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 157 da Lei Federal no 14.133/2021, observado o prazo ali fixado.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Karla de Oliveira Queiroz
Prestador de Serviços Técnicos Educacionais
RF:795.122.1

INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO EVENTO

ITENS	INFORMAÇÕES
Nome e telefone de contato do responsável da produção :	Luciano Fernandes 11 98975-5559
Nome do espetáculo/atividade:	De canto em canto
Faixa etária recomendada:	De 0 a 3 anos
Duração (em minutos) do espetáculo:	60 MINUTOS
Haverá bate-papo para o público após o espetáculo?	Sim
Elenco (escrever o nome completo e CPF de cada artista que estará em cena/atuação)	1. Ligia Fossa de Camargo CPF: 229.892.338-81 2. Paula Christina Rocha Zeferino CPF: 350.893.478-08
Quantidade numérica total de pessoas na equipe (incluindo os artistas acima e a equipe técnica/de produção)	03
Tempo para montagem	30 minutos
Tempo para desmontagem	30 minutos

São Paulo, 18 de dezembro de 2025.



LUCIANO SALES FERNANDES

CPF: 353.567.058-67